

## Orçamento impositivo tem acordo

Por Vandson Lima e Renan Truffi  
| De Brasília

Em um ato cheio de simbolismo, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP) sentaram-se lado a lado na mesa de comando dos trabalhos do Senado, em uma celebração do acordo entre as duas Casas em torno da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo.

"É um novo patamar do pacto federativo necessário ao Brasil. Isso é a nova política, não é ficar no Twitter", exaltou o líder do MDB, Eduardo Braga (AM). O presidente Jair Bolsonaro é conhecido pela comunicação por meio das redes sociais.

Aprovada na Câmara na semana passada, a PEC foi vista como um revés para o governo. Ontem, foi anunciado um acordo quanto aos termos do texto e seu impacto fiscal esperado. Vários senadores fizeram questão de sublinhar o gesto como uma mostra de uma "nova política" que vai imperar no legislativo daqui para frente.

"O protagonismo do parlamento brasileiro é, sem dúvida, o protagonismo do povo brasileiro. Estaremos ao seu lado, caminhando pari passu com os interesses da sociedade brasileira", afirmou Alcolumbre a Maia em plenário.

A proposta insere no texto constitucional o caráter mandatório das emendas de bancada estadual. Na Câmara, à razão de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Segundo o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o acordo foi para que haja um escalonamento, constitucionalizando os 0,6% aplicados anualmente e aumentando 0,1% da RCL nos próximos quatro anos, até chegar ao 1% contido na PEC.

"O texto representa a unidade das duas Casas do Congresso e uma solução construtiva para o Executivo e o Brasil. Chegou-se a um consenso", disse o senador Esperidião Amin (PP-SC), relator da PEC. Para Amin, a medida é amplamente positiva. "Consagra as melhores práticas para as emendas individuais, caminha na impositividade das ações programáticas do orçamento, dá às

emendas individuais e de bancada um caráter impositivo".

Emendas de ações plurianuais, apontou Amin, terão de ser reapresentadas nos anos seguintes, até que seja terminada a obra para a qual o recurso foi encaminhado. Caso haja frustração de receita, as emendas sofrerão abatimento. "Se não tiver receita, o contingenciamento alcançará também as emendas", apontou.

Além de integrantes do Palácio do Planalto, o relator esteve reunido hoje com consultores do Senado e com membros da equipe econômica do ministro Paulo Guedes. "Vamos ter um texto que representará a satisfação de quesitos que a Câmara apresentou. É uma solução para a condução do Orçamento, com mais responsabilidade e com mais autoridade do Congresso", disse Amin.

A expectativa é que a proposta seja votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário do Senado. Com as alterações, a PEC terá de voltar para nova análise na Câmara dos Deputados.

## Líderes no Senado pretendem mudar regra que engessa gasto

*Alteração no texto, que deve ser votado hoje na Casa, daria alívio ao governo, pois aumento de despesas com emendas seria feito de forma gradual*

MARCELLO CORREA,  
MANOEL VENTURA,  
EDUARDO BRESCIANI  
EMARCO GRILLO

### BRASÍLIA

Líderes do Senado fecharam acordo para votar hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina a execução obrigatória de emendas de bancada, engessando ainda mais o Orçamento da União. Segundo o relator do projeto, Esperidião Amin (PP-AC), o texto ainda será redigido, mas equacionará "preocupações do Executivo". O acordo é por uma alteração no texto aprovado pela Câmara, na semana passada, prevendo aumento gradual do percentual de execução obrigatória das emendas a partir do ano que vem. Na prática, a mudança proporcionaria um alívio para o governo, pois ele teria obrigação de gastar menos com emendas, normalmente voltadas para investimentos, no primeiro ano, do que o previsto na proposta original.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), confirma que o acordo tem o aval da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro. O texto da Câmara prevê que o percentual de execução obrigatória das emendas seja de 1% da receita corrente líquida (a receita disponível). Os líderes do Senado fecharam que o percentual será mudado para 0,8%, em 2020; e 1%, a partir de 2021. Segundo parlamentares, os índices foram acertados com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

### DISPOSIÇÃO PARA OUVIR

Isso é importante porque, com a mudança, o texto voltará para Câmara e precisará de nova aprovação dos deputados. Amin diz que redigirá o relatório hoje. Maia, por sua vez, afirmou que as mudanças no Senado, farão com que o andamento no projeto seja mais demorado. Uma comissão especial será criada para analisar a proposta, depois que ela passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A tramitação na Câmara é mais lenta que no Senado. A gente vota na CCJ, mas vai votar rápido. Cria a comissão especial. Depois de 11 sessões, vota no plenário da

comissão e vota no plenário — disse Maia, que não estipulou prazo, mas afirmou que "com certeza" o trâmite não será finalizado antes do feriado da Páscoa.

O governo iniciou ontem encontros com parlamentares para medir a temperatura do Congresso quanto à reforma da Previdência. Nas sucessivas reuniões, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se dedicou mais a ouvir do que falar. De acordo com um parlamentar que participou do encontro com a bancada do PSD, Guedes dedicou 25 minutos a uma fala inicial sobre as medidas econômicas e, depois disso, deixou o espaço livre para ouvir os deputados. Dos 12 parlamentares presentes, ao menos dez fizeram observações. As objeções se concentraram nas mudanças de regras para benefícios a idosos carentes (BPC) e na aposentadoria rural.

O objetivo do governo é lutar para manter essas medidas pelo menos até o início das discussões na comissão especial, quando o mérito da proposta será analisado pelos deputados. O governo vai abrir os números do impacto fiscal da reforma quando o texto chegara esse colegiado, para que cada deputado avalie o efeito de alterações.

## Sangue frio

Apesar das demonstrações de inabilidade política do governo Jair Bolsonaro (PSL), felizmente menos notadas nos últimos dias, o cenário mais provável para a reforma da Previdência permanece o de aprovação neste ano.

As circunstâncias ainda são as mais favoráveis já observadas para tal desde os anos 1990, quando tiveram início as tentativas —algumas fracassadas, outras parcialmente exitosas— de enfrentar o desequilíbrio nas contas dos regimes nacionais de aposentadorias.

Pela primeira vez, a empreitada merece a condição de prioridade absoluta anunciada desde antes da posse do presidente, que poderá aplicar na proposta o capital político de um início de mandato.

O debate na sociedade em torno do tema, ademais, intensificou-se no último quadriênio, em que as gestões de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) se viram forçadas, esta com mais método do que aquela, a encaminhar a pauta.

Há hoje fartura de dados e projeções a comprovar a inviabilidade do aparato previdenciário e seu efeito devastador sobre os Orçamentos de União, estados e municípios. A oposição intransigente à reforma vai se limitando a guetos ideológicos, partidos oportunistas e entidades corporativas.

Não fosse o bastante, restam a penúria das administrações públicas e o desempenho vergonhoso da economia a atizar o senso de sobrevivência do mundo político.

Nada disso significa, claro, que o projeto de Bolsonaro tenha chance de passar incólume pelo Legislativo —tampouco existem sinais de que o governo

alimente tal ilusão.

Desde o envio do texto ao Congresso, analistas buscam estimar quanto será preservado da poupança de pouco mais de R\$ 1 trilhão em dez anos estimada com as regras pretendidas. Num cálculo grosseiro, especula-se que cifras acima de 50% seriam ao menos capazes de restabelecer algum ânimo entre empresários e investidores.

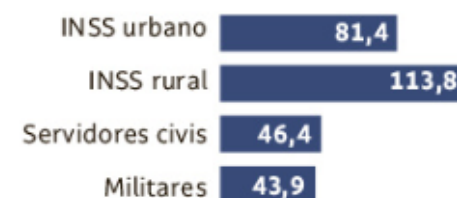
A relativa pacificação dos mercados financeiros parece indicar que não se aposta, por ora, no pior.

De mais imediato, importa evitar a diluição precoce da reforma. Nesse sentido, é bem-vinda a manifestação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicando, após reunião com líderes partidários, que não haverá alterações do texto já na Comissão de Constituição e Justiça, primeira etapa da tramitação.

Evita-se assim um conflito indevido, dado que o papel da CCJ é tão somente verificar a adequação da proposta à Carta. Sangue frio e bom senso de governo e parlamentares serão mercadorias cada vez mais preciosas daqui em diante.

### Déficit previdenciário em 2018

Governo federal, R\$ bi



Fonte: Tesouro Nacional

## Eficiência

*ANTONIO DELFIM NETTO*

Foi surpreendente (e suspeita!) a demonstração de “eficiência” da Câmara dos Deputados, ao votar uma pauta-bomba projetada para ser depositada em 2015, no colo da ex-presidente Dilma (existem outras!).

Em pouco mais de 60 minutos, passou uma reforma constitucional em primeiro e segundo turnos, com quórum de cerca de 90%. Como óbvia lambuja, aprovou-se uma emenda de plenário que substituiu um dispositivo mortal. Se a proposta for promulgada, estima-se que sobriariam ao Executivo para administrar discricionariamente só 3% das suas despesas.

Restou da noite festiva uma curiosa dúvida: teria o governo sofrido uma “terrível derrota” com o apoio do seu próprio partido? Não creio. Num regime republicano e democrático, o Legislativo exerceu seu poder “natural”, nos limites da Constituição, o que não significa impor uma derrota ao Executivo.

Esse é um problema menor para explicar a destruição do nosso

equilíbrio fiscal, sem o qual nada voltará ao equilíbrio, como mostrou no Senado o ilustre ministro Paulo Guedes. O desastre aconteceu a despeito das medidas inscritas na Constituição de 1988 e na excelente Lei de Responsabilidade Fiscal.

A peça orçamentária tem sido uma farsa. O Executivo e o Legislativo são coniventes na construção de um Orçamento no qual a “previsão” da receita é uma ficção feita para “acomodar” os gastos desejados.

Nossos déficits não decorrem das incertezas naturais da conjuntura econômica. São cuidadosamente “programados” e consentidos. E a coisa só não é mais trágica em decorrência dos “contingenciamentos” feitos na sua execução, o que desarticula, principalmente, os investimentos públicos (sem os quais não há desenvolvimento) por meio da interrupção sistemática do fluxo de recursos a ele destinados.

Foi isso que deixou de herança, em 2016, 7.000 obras “em-PAC-

adas”, que congelam, com taxa de retorno nula, um montante fabuloso de recursos em projetos nos quais não faltaram voluntarismo e fantasia —Jogos Pan-Americanos, campeonato mundial de futebol, Olimpíada, refinarias sem projeto, trem-bala etc).

Em um país em que a responsabilidade pelo equilíbrio fiscal é difusa e tenta-se agora resgatar o conselho que Mefistófoles deu ao imperador no “Fausto II” (1832), de Goethe, continuamos a recusar a preliminar essencial.

E qual é ela? A de que precisamos construir e respeitar uma instituição independente, composta por membros com mandato fixo, indicados pelos Poderes Legislativo e Executivo e auditores externos, capaz de, por maioria qualificada, estabelecer a receita a partir da qual se construirá o Orçamento. Tudo claro, transparente e sujeito ao controle oportuno da sociedade.

## Guedes estreia em articulação sob desconfiança de deputados

*Parlamentares temem levar pedidos a ministro e serem escrachados por governo*

Angela Boldrini e Thiago Resende

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez nesta terça-feira (2) sua estreia como principal articulador político da reforma da Previdência com o Congresso.

Apesar de contar com a simpatia de parlamentares favoráveis à proposta e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Guedes enfrenta a desconfiança do Parlamento com o governo Jair Bolsonaro (PSL).

O ministro recebeu parte da bancada do PSD, que tem 36 deputados, o líder do Democratas, Elmar Nascimento (BA), e fez uma reunião com parlamentares de PRB, PTB, DEM, PDT e PSDB.

"Ele fez um gesto político que deveria estar sendo feito pelo presidente", afirmou Marx Beltrão (PSD-AL).

O ex-ministro do Turismo de Michel Temer (MDB) disse que Guedes fez uma defesa política da reforma. Ele também afirma que não foram apresentadas demandas da parte do partido para o ministro da Economia.

Segundo deputados, a principal dificuldade é que os parlamentares têm medo de levar para o ministério suas demandas e depois serem expostos nas redes sociais de membros do governo, e até do presidente Bolsonaro.

Reservadamente, eles afirmam temer ser publicamente escrachados como membros da "velha política".

Um episódio recente, em que Bolsonaro almoçou com Maia e, no dia seguinte, publicou em sua conta

do Twitter que estaria sendo achacado pelo Congresso, ajudou a criar um clima de receio.

A relação entre o Congresso e o Executivo, segundo parlamentares, ainda beira à desconfiança, apesar de ter começado a destravar após a atuação de Guedes na articulação.

De perfil mais técnico, o ministro tem o apoio do presidente da Câmara e dos aliados de Maia.

O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), também tem atuado para criar pontes entre deputados e o Ministério da Economia.

Nascimento, um dos poucos que teve encontro mais reservado com Guedes, foi pedir apoio para a prorrogação de incentivos tributários a construtoras do Minha Casa Minha Vida. Há um projeto de lei na Câmara para conceder esses benefícios.





O plenário aprovou, em março, a urgência do texto, mas Vitor Hugo pediu mais tempo para que a equipe econômica estudasse o assunto. Assim, o líder do DEM, autor do requerimento de urgência para o projeto, conseguiu apresentar apauta ao ministro.

Nascimento nega que o pleito tenha relação com o apoio do partido à reforma. Vitor Hugo também rechaça a ideia de que seja uma troca por apoio ao endurecimento das regras de aposentadorias.

"Isso é política", disse o líder do governo. Segundo ele, Guedes e a Receita Federal vão analisar o pedido que talvez possa ser atendido por ato administrativo —sem a necessidade de aprovar um projeto de lei no Congresso.

Guedes entrou na articulação política ocupando um vácuo. Interlocutores de Bolsonaro não conseguiram conter a insurreição do Congresso, que entrou em um embate com o Palácio do Planalto e impôs derrotas ao governo.

Para defender a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência, o ministro da Economia irá, nesta quarta-feira (3), à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

Esta é a primeira etapa de tramitação, na qual é avaliada a adequação do texto à Constituição. Não se avalia o teor do projeto. Em uma demonstração de apoio, Maia, favorável à pauta liberal do governo, deve comparecer à reunião da CCJ ao lado de Guedes.

## Congresso e governo fazem acordo por nova PEC do Orçamento

Daniel Carvalho

Brasília - Câmara, Senado e governo fizeram um acordo para apresentar uma nova versão da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Orçamento nesta quarta-feira (3) com uma transição do impacto nas contas da União.

O percentual obrigatório das emendas coletivas que hoje está fixado em 0,6% da RCL (Receita Corrente Líquida) será aumentado gradualmente: 0,8% em 2020 e 1% no ano seguinte.

O texto que saiu da Câmara na semana passada eleva na Constituição este percentual para 1% já no primeiro ano, o que representaria um aumento de R\$ 4 bilhões.

A partir do segundo ano da PEC, o valor alocado em emendas será corrigido pela inflação.

A PEC seria votada no Senado ainda na semana passada, mas o líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), articulou o adiamento.

Assim, o texto passará pela CCJ

(Comissão de Constituição e Justiça) na manhã desta quarta-feira e, à tarde, já será votado em plenário. Em seguida, a PEC voltará à Câmara, por causa das alterações.

"Conseguimos chegar a um denominador razoável para uma breve transição", afirmou o senador Esperidião Amin (PP-SC), relator da proposta.

A nova redação, segundo senadores, foi acordada com a Câmara e não representa impacto fiscal para a União.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse concordar com o acordo, mas que, como a tramitação em sua Casa é mais lenta, a aprovação do novo texto ficará para depois da Páscoa.

Depois de sair do Senado e for aprovada novamente na Câmara, a PEC volta às mãos de Davi para a promulgação.

A Folha mostrou na segunda-feira (1º) que o governo avaliava desde a semana passada escalonar o impacto que a PEC terá nas contas públicas.

## Responsável por Minha Casa diz rezar para que a arrecadação suba

*Com novo bloqueio no Orçamento, secretário afirma que a partir de maio pagamentos podem atrasar*

Anais Fernandes

São Paulo - O secretário nacional de habitação do governo, Celso Toshito Matsuda, admitiu a uma platéia de empresários da construção nesta terça-feira (2) estar preocupado com o orçamento do Minha Casa Minha Vida.

"Estamos rezando para que a partir de maio comece a haver aumento na arrecadação", disse Matsuda, gerando burburinho entre o público que acompanhava evento da Abrainc (associação das incorporadoras).

O Tesouro Nacional banca a faixa 1 do programa, em que imóveis são praticamente doados aos moradores, além de 10% do subsídio de outras faixas (1,5 e 2). Os 90% restantes vêm do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que tem também cerca de R\$ 60 bilhões neste ano para financiar habitação popular.

Um contingenciamento imposto

pelo governo nos três primeiros meses do ano travou esses repasses. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que gerencia o programa, conseguiu com o Ministério da Economia uma antecipação dos limites de pagamentos e pretendia regularizar a situação em março.

Mas o governo anunciou há duas semanas um novo bloqueio, e construtores agora temem que não haja recursos para pagar obras contratadas e oferecer no vos financiamentos. Segundo a coluna Painel, empresários falam em dispensar 50 mil empregados.

"Estávamos praticamente normalizando o processo", afirmou Matsuda.

"O problema maior é que houve outro contingenciamento, o que provocou um novo desequilíbrio."

A pasta tem, de acordo com o secretário, fôlego no orçamento que permite pagamentos normais até o fim do mês. "Minha preocupação: E depois de abril? É um receio nosso." "Esperamos que aconteçam boas notícias a partir de maio e junho [aumento da arrecadação e alívio no

contingenciamento]. Se não vierem, partiremos para um pleito de suplementação orçamentária a partir de junho", afirmou.

Alguns construtores calculam que, com o novo bloqueio, os recursos para pagar obras contratadas na faixa 1 e bancar subsídios das demais faixas acabarão em agosto.

E, sem o aporte do Tesouro, o FGTS não consegue entrar com a sua parte, o que também impediria a contratação de novos financiamentos.

Em nota, o MDR afirma que "continua em negociação com o Ministério da Economia para uma nova antecipação de limites para os próximos meses".

Matsuda disse ainda que sua equipe trabalha em "uma revisão e um aprimoramento dos produtos já existentes" no Minha Casa, além de estudar novas possibilidades para atender famílias da faixa 1.

"Esses modelos estão sendo revistos, serão aprimorados. E temos que criar alternativas, não há a possibilidade de os entes públicos arcarem sozinhos com isso."